

A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE EM SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Kevin Willi Ribeiro¹

Lucca Dias Arieira²

Claudia Lopes Perpétuo³

RESUMO

O presente trabalho busca, através da perspectiva da Psicologia Histórico Cultural, delimitar os conceitos de masculinidade hegemônica e não hegemônica a fim de entender os aspectos que impactam na construção da masculinidade de sujeitos em situações de vulnerabilidade social. O artigo foi escrito utilizando-se da revisão bibliográfica como metodologia para a pesquisa, para que assim fosse possível compreender o que já existe na literatura acerca deste tema. A relevância do tema se dá devido a escassez de estudos a partir da Psicologia Histórico Cultural acerca da construção da masculinidade hegemônica e dos impactos deste padrão idealizado na realidade e na vivência de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, visando iniciar discussões para que esta temática possa ser mais debatida dentro do meio acadêmico.

Palavras Chaves: masculinidade hegemônica, masculinidade não hegemônica, vulnerabilidade social.

THE CONSTRUCTION OF MASCULINITY IN INDIVIDUALS IN SITUATION OF SOCIAL VULNERABILITY

ABSTRACT

This paper aims to delimit the concepts of hegemonic and non-hegemonic masculinity to understand the aspects that impact the construction of masculinity of individuals in situations of social vulnerability. This article was written using biographic review as a research methodology to enable an understanding of what already exists in the literature on this topic. The relevance of this topic is due to few studies in Historical-Cultural Psychology on the construction of hegemonic masculinity and the influence of this idealized standard on the reality and experience of individuals in situations of social vulnerability, aiming to initiate discussions so this topic can be debated within the academic community.

Key Words: hegemonic masculinity, non-hegemonic masculinity, social vulnerability.

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Paranaense - UNIPAR.

² Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Paranaense - UNIPAR.

³ Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e docente do curso de Psicologia da Universidade Paranaense - UNIPAR.

LA CONSTRUCCIÓN DE MASCULINIDAD EN SUJETOS EN SITUACIÓN DE VULNERABILIDAD SOCIAL

RESUMEN:

El presente trabajo busca, a través de la perspectiva de la Psicología Histórico Cultural, delimitar los conceptos de masculinidad hegemónica y no hegemónica para comprender los aspectos que impactan en la construcción de la masculinidad de sujetos en situación de vulnerabilidad social. El artículo fue escrito utilizando la revisión bibliográfica como metodología de investigación, de modo que fue posible comprender lo que ya existe en la literatura sobre este tema. La relevancia del tema se debe a los pocos estudios en Psicología Histórico Cultural sobre la construcción de la masculinidad hegemónica y la influencia de este estándar idealizado en la realidad y experiencia de sujetos en situación de vulnerabilidad social, con el objetivo de iniciar discusiones para que este tema pueda ser debatido más a fondo en el ámbito académico.

Palabras Claves: masculinidad hegemónica, masculinidad no hegemónica, vulnerabilidad social.

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho trata de um estudo da construção das masculinidades, sejam elas hegemônicas ou não, e os impactos nos sujeitos em situações de vulnerabilidade social através da ótica da Psicologia Histórico Cultural. Busca-se entender a partir de uma revisão de literatura, as diferentes formas que os autores, a partir do olhar desta perspectiva discutem acerca da construção, mediação e internalização de conceitos, em especial os relacionados ao ideal masculino.

Esse artigo procura conceituar masculinidades hegemônicas e discutir aspectos que incidem no processo de construção das masculinidades em sujeitos em vulnerabilidade social, a fim de analisar o que significa esse ideal masculino e como ele é constituído, e discutir os impactos da masculinidade não hegemônica em sujeitos vulneráveis hoje, com o intuito de considerar como os atravessamentos de classe afetam na construção do que é ser homem atualmente. Se faz necessária e relevante a discussão dos tópicos abordados nesse texto tendo em vista a escassez de estudos dentro da Psicologia sobre a relação entre construção da ideia de gênero ideal e como esse conceito hegemônico influencia a vida de homens socialmente marginalizados.

A abordagem teórica que utilizamos para nortear os estudos realizados foi a Psicologia Histórico Cultural, a qual parte de uma concepção materialista histórica-dialética, ou seja, entendendo que a realidade como a conhecemos é material, sendo essa produção material a base para o entendimento da ordem social na qual estamos inseridos; surgiu através de um processo histórico, que foi se construindo e mudando com o passar do tempo e que originou-se por meio de relações entre

agentes que costumam ser vistos a partir de uma dicotomia, como bem ou mal, sujeito ou sociedade, desordem ou norma, passando a se entender que esses conceitos influenciam e são influenciados pelos seus pares, se relacionando entre si pelas contradições. Através dessa teoria, principalmente a relação dialética entre sujeito e sociedade, é possível entender que o sujeito não existe fora das relações sociais já que essas o constroem e também constroem sua forma de enxergar o mundo. Da mesma forma, essa vertente explica que não existe sociedade sem indivíduos para determinarem e repassarem, através da mediação, os conceitos que servem como base para essa comunidade, sendo assim, o sujeito é construído socialmente através da internalização dos signos que são passados através da mediação.

Através desse estudo, pode-se entender que assim como outros conceitos, as masculinidades também são constituídas a partir da relação do sujeito com o meio social no qual está inserido, sendo assim, existem diversas formas de construção das masculinidades. Como ponto de partida busca-se conceituar e discutir a masculinidade hegemônica, entendida enquanto o padrão a ser seguido, sendo caracterizada por abarcar homens brancos, de classe alta, heterossexuais, viris, fortes, cisgêneros entre outros conceitos que são socialmente estabelecidos como norma a ser seguida. Em contrapartida, as masculinidades não hegemônicas são todas as formas de se expressar enquanto homem de forma discrepante desse padrão estabelecido, seja pelos marcadores da pobreza, negritude, homossexualidade, transgeneridade ou outras quebras desse “normal” socialmente determinado.

Por meio do presente trabalho foi possível concluir que a masculinidade hegemônica exerce uma forte influência nos processos de subjetivação dos homens, sejam eles considerados adequados para o padrão hegemônico ou não, percebe-se então a manutenção das relações de dominação e das diferenças e desigualdades sociais como fatores que interferem e impactam a constituição dessas masculinidade, principalmente em contextos de vulnerabilidade social.

Durante as pesquisas em materiais bibliográficos, constatou-se a escassez de estudos da Psicologia de forma geral, principalmente no que diz respeito a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, em relação às masculinidades e em relação entre o ideal de homem e o sofrimento psíquico desses homens, visto que muitos dos trabalhos sobre esse temas são de demais áreas das ciências humanas, como a história, a antropologia e sociologia, ou das ciências da saúde, como a medicina e enfermagem. Sendo assim, é necessário que sejam realizadas mais pesquisas e estudos sobre essa temática através do olhar da Psicologia.

PSICOLOGIA HISTÓRICO CULTURAL E CONSTRUÇÃO DO SUJEITO E DAS MASCULINIDADES

Vigotski (2000, p. 33) entende o sujeito enquanto “o conjunto de relações sociais, encarnadas num indivíduo”, assim faz-se necessário analisar o contexto e a comunidade na qual o sujeito está inserido e no qual se dão essas relações, buscando compreender a forma em que se dá a constituição de subjetividade em meio à esse território, não só enquanto espaço físico mas no modo como as relações são estabelecidas nesse contexto.

Considerando a influência marxista no pensamento vigotskiano, este concorda com Marx e Engels (2007) quando afirmam que se faz necessário compreender a história da natureza e a história da humanidade, visto que, através de um processo dialético, estes elementos se influenciam e modificam um ao outro. Vigotski aplica essa ideia à Psicologia compreendida, a partir de Zanella (2004), que o sujeito é formado por processos fisiológicos/biológicos, psicológicos, antropológicos, históricos e culturais, não sendo possível pensar o homem sem levar em consideração todos esses aspectos e sendo necessário entender os processos históricos que atravessam a natureza e a sociedade e a relação dialética entre esses sujeitos.

Ainda, segundo Zanella (2004), para o psicólogo russo, desenvolvimento não significa maturação biológica, mas sim as relações sociais estabelecidas pelo sujeito, e o sujeito resultado dessas relações. Conforme o pensamento de Vigotski (1998), a importância dessas relações na construção da identidade do sujeito se dá através da necessidade da mediação para a internalização de determinados conceitos, seja essa mediação realizada a partir de instrumentos ou de signos. Esse processo ocorre quando existe um mediador entre quem aprende e o que se aprende, de forma que, para o autor, toda a relação que o sujeito estabelece com o mundo ocorre de forma mediada através da cultura. Considerando que a mediação depende em muitos casos da relação com o meio social no qual o sujeito está inserido, tornam-se necessárias as relações com os demais sujeitos para o entendimento do mundo, sendo assim, não é possível separar sujeito/sociedade, já que esses são interdependentes. Por esse motivo, Vigotski indica que:

Um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal. Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapsicológica). Isso se aplica igualmente para a atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos. (VIGOTSKI, 1998, p.75)

Com base no pensamento de Vigotski, Góes (1991) indica que o autor buscou com sua teoria romper com a dicotomia entre individual e social, apresentando esses conceitos a partir de uma perspectiva dialética, onde o sujeito altera o território social no qual está inserido enquanto é afetado

por este, não sendo possível que haja um indivíduo sem a sociedade na qual está inserido e nem a sociedade sem os indivíduos que a constituem.

Martín-Baró (1996) contribui com esse pensamento quando aponta que o *quefazer* dos psicólogos deve sempre levar em consideração essa quebra com a dicotomia estabelecida entre o pessoal e o coletivo, indicando que não é possível compreender nenhum desses conceitos sem entender que eles se constroem mutuamente e que não se pode estudar um desses aspectos desconsiderando o outro.

A partir desse entendimento da Psicologia Histórico Cultural de que os conceitos, incluindo o gênero e a masculinidade, são criados, estabelecidos, reproduzidos socialmente e internalizados através do processo de mediação (VIGOTSKI, 1998) e tendo em vista o que Scott aponta sobre a utilização do termo “gênero” com o objetivo de “ênfatar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72) se faz possível entender que tanto a masculinidade como o gênero em si não são aspectos inatos ao sujeito, mas sim conceitos socialmente construídos e reproduzidos através da mediação.

Tendo em vista essa construção do que é considerado como masculinidade hegemônica e a forma como essa se construiu e constrói, é necessário entender os aspectos dialéticos, históricos e culturais que viabilizam a perpetuação desse ideal de masculinidade. Em relação à cultura, essa é a responsável por, através de diversas formas de discurso, manter os ensinamentos básicos sobre o que é ser homem, a partir de uma perspectiva hegemônica, e como esse homem deve agir em relação a si e aos outros.

MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS E NÃO HEGEMÔNICAS

De acordo com ONU Mulheres (2016), cada menino passa por um período de aprendizado acerca das expectativas associadas a sua representação como indivíduo do sexo masculino, onde a família, comunidade, escola, religião e mídia desempenham o papel de instrutores, a partir de Vigotski, mediadores, que mensuram quais comportamentos são considerados masculinos, dessa forma, ele trilha um extenso percurso até se tornar um “homem”.

No desenvolvimento do menino na infância, a ONU Mulheres (2016) ainda explica que é quando ocorre o aprendizado sobre o que se espera dele como figura masculina e a família, a comunidade, a escola, a religião e a mídia, ensinam quais comportamentos são autênticos e incontestáveis e a criança percorrerá um longo caminho até tornar-se um “homem”. Entretanto, o modelo ocidental de masculinidade, são aqueles sujeitos, brancos e heteronormativos. Outros homens que não se enquadram nesses padrões, como, negros, homossexuais e indígenas são marginalizados na

nossa sociedade. Também vale ressaltar que o texto explica que um dos pilares para a construção da masculinidade é a violência e explicita essa fala quando afirma que “a obtenção de atribuições consideradas masculinas costuma se caracterizar um processo violento (físico, emocional e simbólico), sendo a violência uma das raízes que constituem a masculinidade.” (ONU MULHERES, 2016, p. 18)

Conforme Santos e Dinis (2013) o conceito de heteronormatividade foi introduzido por Michael Warner em 1991 e se origina da combinação das palavras gregas “hetero”, que significa “diferente”, e “norma”, que se relaciona com “padrão”. Esse conceito tem suas raízes nos princípios estabelecidos por Gayle Rubin em 1975, que discutiu o “sistema sexo/genero” em seu artigo “O trafico de mulheres”. A heteronormatividade se baseia na ideia de que as instituições sociais tendem a legitimar e privilegiar a heterossexualidade e os relacionamentos heterossexuais, considerando-os como a norma fundamental e “natural” na sociedade.

De acordo com Souza (2009) a representação social da masculinidade é resumida em quatro marcadores, sendo o primeiro, o homem não poder se lamentar por infortúnio algum, manter sempre a figura do macho, não precisar solicitar qualquer tipo de amparo, físico ou emocional e por último, ser o mais forte em todos os espaços que ocupar, caso sinta-se ameaçado poderá recorrer à violência, independente de riscos a sua integridade. Tais estereótipos constroem um caminho árduo no desenvolvimento do menino, que a partir desse contexto, passam a entender o lugar deles na sociedade. Pode-se definir estereótipo social segundo Lima e Pereira (2004) como convicções coletivas e compartilhadas em uma sociedade acerca de alguma característica física ou psicológica, moral ou física atribuída excessivamente a um grupo humano, formado por meio de um ou mais critérios, como por exemplo, faixa etária, gênero, capacidade cognitiva, ética, ocupação, situação conjugal, nível educacional, formação política ou religiosa. A consequência posterior de preconceitos sociais é a discriminação que, fundamenta uma forma desigual de tratamento, porque os critérios de avaliação são desfavoráveis para quem não integra ou segue esses critérios.

Souza (2009) ainda evidencia que ser do sexo masculino é um fator de risco significativo quando se trata de causas externas, e essa correlação de risco também está ligada, em grande parte, a autoria de ações violentas, que são perpetradas por homens. Em sua pesquisa, Souza (2009) traz estudos a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicados em 2003 que demonstram que os homens têm uma expectativa de vida menor, ou seja, segundo os dados coletados, os homens tendem a morrer mais cedo. Outro dado atual que reforça isso é a diferença de expectativa de vida entre homens e mulheres, diferença essa de sete anos segundo as pesquisas (IBGE, 2020). Esse padrão de dados se repete quando se analisa o número de óbitos de mulheres por grupo de idade no Brasil entre 2010 e 2021 comparado com o mesmo dado para homens. Ao se estudar os dados

estatísticos preliminares de 2021, percebe-se que em todas as faixas etárias, exceto de oitenta anos ou mais, o número de mortes de homens é expressivamente maior do que o de mulheres, sendo a soma de mortes de mulheres entre 20 e 59 anos pouco de mais de 184 mil mortes em 2021 enquanto de homens com a mesma idade no mesmo período passam dos 336 mil óbitos.

Ainda segundo a ONU Mulheres (2016) a construção da identidade masculina estereotípica, ou seja a masculinidade, como nos traz Lima e Pereira (2004), vista através do prisma de concepções coletivas socialmente estabelecidas a partir de uma característica, pode ser expressa através de alguns ensinamentos básicos, sendo estes a cultura do herói que se trata da forma como os meios de comunicação global desempenham um papel expressivo na propagação e parâmetro de concepções sobre a masculinidade. A incessante transmissão desses estereótipos, gera a infame imagem do “Herói” e inevitavelmente a da “Princesa” que difunde no coletivo o senso comum do homem valente, forte e viril, e como coadjuvante da sua história, a mulher é retratada como sedutora, submissa, frágil e amorosa.

Outro ensinamento apontado pelo texto é a violência enquanto forma de expressão, aponta que socialmente os meninos são ensinados a adotar conduta e pensamentos que por serem homens são mais fortes, por outro lado, as mulheres são vistas o oposto disso, como sendo constantemente ligadas à imagem de frágeis. Em relação a esse ideal de superioridade pode-se entender de duas maneiras, como uma demonstração da insegurança masculina ou como forma de manter e propagar o modelo masculino dominante. Ler-se como superior faz com que haja uma separação entre homens e mulheres, incentivando o ensinamento de pertencimento ao grupo, visto que todo ser humano procura ser aceito e pertencente a algum grupo socialmente, na transição da infância para a idade adulta isso não é diferente e tem grande importância na formação dos rapazes nesse processo. Porém para entrar nesse grupo, o jovem adota postura e comportamentos para testar sua força, virilidade e lealdade perante a sociedade, esses grupos acabam muitas vezes reproduzindo estereótipos prejudiciais, sendo os exemplificados por ONU Mulheres (2016, p. 23) “em comportamentos agressivos na rua, no uso exacerbado de drogas/bebidas alcoólicas e na direção imprudente.”

Outra expressão dessa masculinidade é a heterossexualidade através da qual meninos são ensinados desde a infância que devem procurar se relacionar exclusivamente com o sexo oposto, configurando a heterossexualidade como norma aceita pela sociedade e “obrigatório” para eles, sendo que qualquer um que não se identificar com esse modelo e queira se relacionar com o mesmo sexo, pode se deparar com atos de homofobia como a violência física e verbal, levando até mesmo o sujeito a morte. Também ligada às formas de se demonstrar ou não afeto, a restrição emocional é o ensinamento que trata sobre a reprovação social das emoções expressa por parte dos meninos, acaba por inibi-los de

aprender sobre as suas emoções e como lidar consigo e com os outros emocionalmente, gerando uma discrepância entre homens e mulheres que pode levá-los a aderir comportamentos de violência como forma de lidar com suas frustrações e medos, isso porque, conforme coloca Rodriguez (2019, p. 277) “a prática da masculinidade hegemônica exige um controle das emoções e um silenciamento dos sentimentos”.

O ensinamento do capital viril, ainda trazido por ONU Mulheres (2016), diz respeito a maneira como culturalmente a sociedade estimula os meninos a provar o tempo todo a sua virilidade através de competições desiguais entre os mesmos e restringindo comportamentos ditos femininos. O modelo de homem viril é criado em oposição aos valores femininos, e qualquer indivíduo masculino que se distancie desse ideal é vítima de ataques de violência no meio social. Inevitavelmente isso cria uma pressão para se encaixarem na normativa da masculinidade, diminuindo expressões de sentimentos e emoções. Exemplo da interferência desse capital viril na vida cotidiana dos homens é o sexo, onde a performance masculina durante o sexo é evidenciada como referência e angústia na construção da imagem do ser homem. É considerado como uma nova competição entre os jovens, na qual os mesmos disputam entre si para ver qual tem mais relações sexuais com o maior número de mulheres possíveis, espera-se que os homens sejam ativos e dominantes, enquanto suas parceiras devem manter-se passivas durante o ato sexual, receptiva e de objeto de prazer do homem. (ONU MULHERES, 2016)

Em relação ao trabalho, a realização profissional na vida do homem é uma idealização na busca do dito ideal de masculinidade na sociedade, mas, ao não alcançar metas profissionais ou o desemprego, o indivíduo pode se sentir fracassado como “homem”. Esse sentimento de frustração leva o indivíduo a ter baixa autoestima e em algumas situações na tentativa de demonstrar sua força na forma de violência como defesa contra essa condição imposta pela sociedade. O vínculo do homem com o trabalho está muito ligado ao ideal do homem enquanto provedor, visto que na sociedade o indivíduo se torna mais poderoso pelos bens materiais que o mesmo possui, gerando não apenas o poder econômico, mas um poder respaldado no controle patriarcal da família, a falta de dinheiro ou receber salário menor que o da mulher é associada à falta de poder, ou seja, para ser considerado um “homem de verdade”, é necessário ter emprego, adquirir bens e sustentar toda a família, conforme percebido na pesquisa sobre a relação de homens em situação de vulnerabilidade e trabalho realizada por Sarti (2007).

De acordo com Bogéa (2019), é a família a instituição que primeiro o sujeito tem contato e que se torna a base de reprodução da referência normativa. Mas a existência do normal, só poderá existir se houver um parâmetro do oposto/anormal, o sujeito “masculino”, só é considerado homem, pois a sociedade assim o nomeou, foram mediados os conceitos do que é e do que não é ser homem.

Outra contribuição surge a partir do movimento feminista e gays, que lutaram e continuam lutando contra o estereótipo de homem branco, hetero e cristão, tão enraizado na sociedade atual, de acordo Batista e Venturini (2016) as novas formações discursivas e ideológicas colaboraram para a criação de uma nova imagem do homem, contra a ideia do "homem padronizado", ou seja, aquele que se encaixa no padrão, surgindo uma nova definição para o gênero masculino.

No entanto, nota-se que o conceito de masculinidade é amplo e pouco discutido, existindo por trás o mito da superioridade e estereótipos pré determinados em relação ao conceito "ser homem", além disso, Segato (2018) traz que nota-se a partir do momento em que os indivíduos agem de maneira diferente dos estereótipos de gênero difundidos pela sociedade, eles são, muitas vezes, punidos por meio de julgamentos ou até violência física.

Historicamente, tem-se a ideia do homem como superior às mulheres, o que influenciou diretamente na construção da masculinidade e da relação entre homens e mulheres. Segundo Nigro e Baracat (2018) essa ideia vem desde a Grécia Antiga, onde a mulher era vista como propriedade do homem. Já no fim da sociedade medieval a masculinidade passou a ter maior relação com o trabalho do que com as demonstrações de violência comumente associadas aos homens durante a Idade Média. Porém atualmente esse valor de violência enquanto parte do que significa ser homem voltou a ser naturalizado, incentivando duelos e utilizando como argumento motivador a defesa da honra. (NIGRO E BARACAT, 2018)

Mesmo que a sociedade brasileira esteja em constante mudança em termos tecnológicos, sociais e culturais, ainda existe uma cultura de que os homens devem ser "machos", corajosos e fortes; e que as mulheres sejam bem-comportadas, delicadas e responsáveis pelas tarefas da casa e cuidados dos filhos. Conforme pontuado por Santana (2020) esses estereótipos são fruto de crenças, valores, regras e pensamentos tradicionais que foram construídos ao longo dos séculos, onde o homem historicamente é visto, segundo Batista e Venturino (2016, p.02) como "forte, ativo, viril, invulnerável, provedor, aquele que não chora e não se preocupa com as aparências, pois tais sentimentos revelariam suas fraquezas perante a sociedade", essa construção, segundo Vigotski (1998) se dá devido à forma como esses conceitos são passados socialmente por meio da mediação. Logo, observa-se que o processo de construção de identidades dos indivíduos são constantemente afetados pelas mudanças sofridas na cultura social. Somente a partir da segunda metade do século XX, que passaram a ocorrer algumas mudanças importantes relacionadas às questões de gênero.

Para Batista e Venturini (2016), a masculinidade hegemônica é caracterizada pela crença de que homens e mulheres devem agir de formas diferentes, tendo a postura masculina uma visão de superioridade e dominação, sendo a independência e a confiança em si mesmo fundamentais em suas

ações. Na masculinidade hegemônica, observa-se um padrão de comportamento, definindo como os homens devem falar, sentir, pensar e agir, havendo assim, um padrão pré determinado para que possa ser visto e aceito como homem diante da sociedade.

Essa visão de uma masculinidade natural e inquestionável, segundo França et al., (2021) esteve vigente até os primeiros estudos feministas do século XX, os quais denunciaram a concepção essencialista das sexualidades, tais estudos, permitiram o questionamento dos papéis sexuais tidos como naturais e, conseqüentemente, que se pensasse na construção social dos gêneros.

Bogéa (2019) afirma que as identidades de gênero são construções sociais feitas a partir de um discurso de normas, uma vez que a própria sociedade impõe, implícita e/ou explicitamente, regras, valores, normas e leis de condutas, de formas de ser, estar e se comportar que se constituem como o padrão de normalidade aceito. Porém, mesmo diante de tantas mudanças, diferentemente das discussões de gênero, esses debates vindos do sexo masculino não foram, e pode-se dizer que ainda não são amplamente discutidos. Dessa forma, os homens passam a basear-se em construtos de masculinidades herdadas culturalmente do passado, de homens de outras eras, fazendo-se caber em um modelo sobre o que é ser homem, seguindo padrões.

No processo de construção da masculinidade, Bogéa (2019) afirma ainda que o sujeito é levado a se encaixar nas regulações normativas da heteronormatividade, esse processo pode ocorrer de forma silenciosa e violenta, pois os sujeitos são levados a se sentirem “anormais” e “condenados”, uma vez que, espera-se que as identidades de gênero estejam em consonância com o sexo biológico do sujeito. O gênero, conforme explica Santana (2020) é visto como aquilo que os discursos especializados construíram sobre ele ao longo do processo histórico-político de configuração das relações sociais.

Conforme podemos ver em Louro (2007), que afirma que o gênero e suas identidades são construções discursivas que materializam nos corpos as configurações normativas configuradas para os sujeitos de gênero, esses papéis sociais são padrões ou regras arbitrarias que a sociedade estabelece e que vão caracterizar os comportamentos dos sujeitos, desde o tipo de roupa que vestem, o jeito de andar, sentar, sorrir, por quem devem sentir desejos, com quem devem ter práticas sexuais, entre outros.

No entanto, para Bogéa (2019) as identidades não são estruturas fixas, encerradas em si mesmas, mas estão em constante renovação e podem se moldar de acordo com o contexto. O que se tem é uma imposição de padrões de identidade no processo de socialização dos sujeitos, o que exclui a possibilidade de significações singulares a partir da modelagem de comportamentos tidos como pertencentes a todos os sujeitos como naturais. As masculinidades, portanto, apresentam uma variedade ampla, que contempla as variáveis de tempo, espaço, classe, gênero, etnia, dentre outros marcadores sociais importantes.

Quando se fala sobre masculinidade, seja ela hegemônica ou não, primeiro é necessário o entendimento de que o gênero é “uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 72), sendo assim a masculinidade como uma expressão de gênero é também uma construção social, o que justifica a dificuldade de uma explicação e definição geral do que são masculinidades, visto que esses conceitos mudam de acordo com a cultura e o processo histórico de construção desses significados a depender do contexto no qual essa definição é utilizada, de acordo com Góes (2000), trata-se do entendimento de como se deu a gênese social e as transformações de um determinado conceito.

É importante se pensar também que, seja dentro da hegemonia ou não, ser homem é um processo de subjetivação mediado pela sociedade na qual este homem está inserido, num processo dialético onde esse se faz homem quando em meio à comunidade ao mesmo tempo em que transforma suas relações a partir desse posicionamento no que diz respeito ao gênero, e podemos ver que:

Não há pessoa sem família, aprendizagem sem cultura, loucura sem ordem social; portanto, não pode tampouco haver um eu sem um nós, um saber sem um sistema simbólico, uma desordem que não se remeta a normas morais e a uma normalidade social. (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 17)

De acordo com os estudos de Andréo *et al.* (2016), a visão hegemônica que se tem de homem na sociedade ocidental atual, além de cisgênero⁴ e heterossexual, também exige deste posicionamentos vistos como “ativos” e “viris”, adjetivos normalmente utilizados para se referir à masculinidade hegemônica como forma de manutenção da posição de dominação dos homens em relação às mulheres. Ainda segundo Andréo *et al.* (2016), um dos modos de produção de masculinidades hegemônicas é através da perpetuação de opressões, principalmente das violências ligadas ao gênero, como a LGBTfobia e o machismo, de forma a reafirmar esse poder frente às expressões não hegemônicas.

Connell (2002) define masculinidade hegemônica como uma posição de autoridade e liderança cultural e não necessariamente o padrão de masculinidade mais comum, além de enfatizar que essa hegemonia não é referente apenas às outras masculinidades, mas ao gênero como um todo, tanto a homens não hegemônicos quanto a mulheres. Ainda segundo a autora, as diferentes masculinidades não são tratadas como iguais, sendo algumas menos honradas ou mais marginalizadas do que outras, como a de homens homossexuais e homens de minorias étnicas, respectivamente.

Tendo essa perspectiva de hegemonia complementada por Andréo *et al.* (2016), que afirmam que o padrão de masculinidade hegemônica é “heterossexual, branca, cristã, de classe alta, racional e

⁴ Cisgênero é definido como “a pessoa que se encontra bem ajustada ao rótulo de identidade de gênero (mulher ou homem) que recebeu ao nascer em função do seu órgão genital(macho ou fêmea).”(LANZ, 2015, p. 403)

impenetrável.” (ANDREO *et al.*, 2016, p. 52) Assim é possível entender que a masculinidade não hegemônica é toda forma de expressão da masculinidade que foge deste ideal estabelecido socialmente.

MASCULINIDADES EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Conforme apresentado por Andreo *et al.* (2016) um dos pontos fundamentais da masculinidade hegemônica é a classe social deste sujeito, pois quando se fala de hegemonia, estes autores afirmam que ser de classe alta é um dos requisitos para fazer parte deste padrão, sendo assim, homens que não cumprem com este requisito não são hegemônicos e entender os impactos do não cumprimento dos critérios dessa masculinidade é essencial para uma prática de Psicologia contextualizada.

É preciso entender a concepção de vulnerabilidade social como um termo multifacetado que apresenta diversas formas de aplicação, significados e leituras (SCOTT *et al.*, 2018; CEPAL, 2002), isso se dá devido às diferentes utilizações desse conceito de acordo com a área de estudo em questão, mas quando se aborda esse termo em relação à Psicologia Social, uma definição que deve ser levada em consideração, segundo nos traz Kaztman (2000) é a de que a vulnerabilidade social é caracterizada quando o conjunto de recursos materiais e imateriais e as oportunidades de determinado sujeito ou grupo não são capazes de melhorar suas condições de vida ou impedir o agravamento desta. Santos, Roesch, e Cruz (2014) indicam que um dos aspectos que marca a vulnerabilidade social são as situações de risco, que por sua vez estão vinculadas às violação dos direitos.

Ao analisar a diversidade de sentidos que esse conceito carrega, Scott *et al.* (2018) em sua pesquisa, traz a perspectiva histórica de Ayres *et al.* (2003), que aponta que este termo foi utilizado em um primeiro momento no âmbito da saúde de forma a entender os grupos mais afetados pela epidemia de HIV/AIDS, quando se buscou pesquisar os contextos sociais dos sujeitos para se determinar a possibilidade de contrair HIV e quantos recursos deveriam ser destinados para cada grupo para combate do vírus, mas que esses estudos e o uso do termo “vulnerabilidade” foram utilizados para segregar e marginalizar certos grupos.

Através dessas definições trazidas por Ayres *et al.* (2003), Santos, Roesch & Cruz (2014) e Kaztman (2000), entende-se que a vulnerabilidade social se mostra como um conjunto de aspectos histórico, culturais, sociais e econômicos que marginaliza o sujeito e o impede, através da falta de acesso aos seus direitos, a saída dessa situação de violência. Partindo dessa definição de vulnerabilidade social e levando em consideração as questões econômicas e de classe para a construção da masculinidade hegemônica é possível compreender que homens em situações de vulnerabilidade social, por não cumprirem com os padrões de masculinidade, lidam não só com esse impacto dessa

vulnerabilidade em si, mas também, conforme indica Souza (2009) com o impacto de não serem lidos como “homens de verdade”, os deixando invisibilizados.

Souza (2009) também comenta o quanto se faz difícil entender as questões trazidas por homens relacionadas aos programas de saúde e assistência social, visto que estes homens não costumam frequentar os programas voltadas à essas políticas públicas, impossibilitando conhecer suas demandas, já que essas não são verbalizadas, não são encaminhadas para que seja possível pensar em estratégias a serem adotadas para proporcionar uma maior inclusão das questões de homens em contextos de vulnerabilidade social nas políticas públicas.

Com a pouca procura dos homens pelos aparelhos de garantia de direitos como nos pontua Souza (2009), sejam estes relacionados à saúde, à assistência social entre outros, torna-se difícil de entender as demandas destes, pensar em estratégias de coleta de dados quantitativos e/ou qualitativos para essas demandas, elaborar estudos baseados nesses dados e propor políticas públicas que visem atenuar os impactos causados pela vulnerabilidade social, perpetuando esses sujeitos nessas condições. Uma das possíveis explicações para essa falta de procura por esses serviços, como vemos em Courtenay (2000) é que estes homens são ensinados que o cuidado é uma prática não masculina, além de comportamentos de risco como fumar e dirigir sob efeito de álcool ou sem cinto de segurança serem mais comuns entre os homens.

Brito e Santos (2013) reforçam o que vem sendo apontado em relação à ideia de cuidado e de verbalização do que se sente e à ideia de que esses hábitos são coisas femininas, impossibilitando homens de buscarem ajuda. Além da dificuldade para levantamento de dados para a elaboração de políticas públicas relacionadas às demandas dos homens, essa não procura por cuidados também traz consequências à saúde física e mental dos homens, como demonstrado por Martins *et al.* (2020) ao apontar a busca por cuidados apenas em situações de emergência e por Baére e Zanello (2018) em seu estudo sobre a relação do comportamento suicida e gênero.

Outro dado importante de se abordar em relação às questões relacionadas à saúde é que parte das mortes precoces acomete homens, sendo que uma parcela desses óbitos são causados por doenças cardiovasculares que poderiam ser evitadas (GUEDES *et al.*, 2022). Esses fatores se tornam ainda mais preocupantes quando se trata de homens em vulnerabilidade social, visto que, com base no que Santos, Roesch & Cruz (2014) afirmam, para esses sujeitos torna-se mais difícil o acesso a serviços em casos de emergência devido à violação dos direitos quando comparados a homens que não estejam em vulnerabilidade social.

Andreo *et al.* (2016) ao indicar que as condições econômicas são parte do ideal da masculinidade hegemônica e mostrar que os homens em situação de vulnerabilidade social não fazem

parte desse padrão, traz a necessidade de se discutir quais as consequências dessa “não masculinidade” para esses homens. Segato (2018) afirma que devido à violência intragênero causada por homens, estes são os primeiros a sofrer os impactos dela, já que devem seguir os pactos e regras da masculinidade hegemônica desde o momento em que são inseridos na sociedade, sendo esse um processo extremamente violento, o qual os homens tendem a reproduzir.

Figueiredo (2008) afirma que os aspectos socioeconômicos também influenciam em questões de saúde física, em consonância com o que Zanella (2004) indica acerca do pensamento vigotskiano sobre a relação entre fatores biológicos e fatores históricos e culturais, ou seja, ambos os autores indicam que não é possível não levar em conta a forma como esses processos se influenciam de maneira dialética, sendo assim, é necessário fazer os devidos recortes de classe social ao se estudar a saúde mental dos homens, levando em consideração as desigualdades e vulnerabilidades que os atingem.

O trabalho de Sarti (2007) também aponta o que se discute sobre esses reflexos da hegemonia mesmo em masculinidades não hegemônicas, visto que no estudo conduzido pela pesquisadora homens em situação de vulnerabilidade reproduziam alguns aspectos da masculinidade hegemônica, como a ideia de que a masculinidade está atrelada ao trabalho, conforme expôs ao afirmar que “o trabalho não vale só pelo seu rendimento econômico, mas por seu rendimento moral, a afirmação, para o homem, de sua identidade masculina de homem forte para trabalhar” (SARTI, 2007, p. 90), indicando que, mesmo sendo alvos dos preconceitos instituídos através do ideal de homem, eles ainda reproduziam algumas dessas falas.

Albuquerque (2020) afirma que ao demonstrarem suas emoções, os homens são classificados como “frescos” ou “frouxos”, já que isso é visto como uma atitude que diminui sua masculinidade. O autor também reitera a necessidade de se trabalhar de forma a entender a ligação entre as relações sociais, contexto onde está inserido e saúde mental, explicando que uma intervenção que compreenda os atravessamentos do sujeito, permite provocar-lhe reflexões que proporcionem desenvolvimento da autonomia no cuidado com a saúde mental.

Tendo em vista a relação dialética entre sujeito e sociedade (GÓIS, 1991; MARTIN-BARÓ, 1996) e como essa relação influencia nas concepções de masculinidades e do peso que é a ideia de não ser suficientemente homem a partir do olhar hegemônico (ANDREO *et al.* 2016), nota-se a necessidade de repensar a forma em que a Psicologia atua frente a esses sujeitos marginalizados, buscando sempre uma atuação ética e contextualizada que vise entender os impactos desse ideal em diferentes sujeitos, bom como poder proporcionar a construção de outras possibilidades de ser e estar no mundo e de transformações do social e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

É importante destacar que ninguém nasce com as suas características pessoais prontas, portanto sendo possível que algumas mudanças sejam redefinidas durante o desenvolvimento do indivíduo no decorrer de sua vida. Nesse contexto, os processos educacionais são importantes e transformadores, possibilitando a construção de um ser humano que seja respeitado em sua singularidade, necessidades, desejos e possibilidades. Por esse motivo, estudar essa temática possibilita que as concepções e os comportamentos sejam modificados e contribuam para a formação de uma sociedade mais pacífica, em que homens e mulheres possam coexistir de forma harmoniosa e respeitosa.

Mas, afinal “O que é ser homem hoje?” Essa é sem dúvida uma pergunta bastante intrigante, principalmente para aqueles que possuem as mentes mais conservadoras, já que, esse discurso de superioridade masculina, foi enraizado e “construído a partir de um modelo de dominação heterossexual pautada em interesses socioeconômicos e pré-construídos ao longo dos tempos”. (BATISTA; VENTURINI, 2016, p. 2). A questão é que essa construção configurou as identidades em uma visão naturalizada, o que é reproduzido na significação dos sujeitos para sua própria identidade. A partir dessa visão conflitos internos se manifestam em alguns sujeitos que por não conseguirem se adequar àquilo que a norma determinou como “normal/natural” se sentem como “anormais” (BOGÉA, 2019). O homem não se resume ao seu órgão genital e muito menos às suas simples características, pois essa é uma questão de aceitação e identificação, indo muito além do desenvolvimento natural. Ser homem é se enxergar como tal e as possibilidades são múltiplas, pois os sujeitos são os mais variados possíveis (SANTANA, 2020).

Deste modo, o homem contemporâneo não está concreto, pronto e acabado, o “ser” é algo mutável, mesmo a sociedade estabelecendo expectativas de conduta e preservando biologicamente a imagem acerca da genitália que um corpo dito macho deva ter, caberá ao sujeito que se enxerga e se valida como homem, lutar contra o padrão hegemônico e construir-se como pertencente, dentro das amplas formas de se apresentar para o mundo, para que possa mostrar a sua vulnerabilidade para a sociedade e entender que é normal do ser humano, não ser forte o tempo todo, ter sensibilidade não é exclusividade do gênero feminino, entender ser homem é, acima de tudo, compreender que a dita masculinidade de nossos ancestrais, adoeceu esses sujeitos e continuará adoecendo os próximos que virão, pois a mesma já está em declínio nos dias atuais, mesmo a cultura existindo fortemente, esta ainda adoce o homem atual, pois como pontuado anteriormente, esse ser não está concreto, está em

construção diariamente, com potencialidade para ser múltiplo e não se colocar como definitivo e imutável.

Quando se leva em consideração as situações de vulnerabilidade social é importante destacar que dentro desse recorte, mesmo não sendo considerado hegemônico, é comum que haja a reprodução de falas e atitudes que refletem os princípios dessa idealização (SARTI, 2007), sendo necessário mais estudos para entender de forma mais completa a motivação para esse tipo de comportamento, porém já existe um estudo sobre essa forma de agir, que indica que a razão desse tipo de atitude acontecer é pelo padrão socialmente estabelecido de que para ser considerado homem de verdade é necessário seguir todos os requisitos impostos pela masculinidade hegemônica, e, caso não consiga seguir algum, busca-se esconder isso e reforçar os outros aspectos desse padrão ideal (SARTI, 2007).

Com base no exposto por Sarti (2007) em relação à reprodução da masculinidade hegemônica por sujeitos vulneráveis e por Kaztman (2000) quando traz a definição de vulnerabilidade como a falta de recursos que impede a mudança e mobilidade social de um sujeito ou grupo, aliado com o que trazem Connell (2002) e Andréo *et al.* (2016) sobre a reprodução de violência das masculinidades hegemônicas para com sujeitos vulneráveis indica uma importante reflexão a ser feita acerca de como os padrões de masculinidade baseiam-se na manutenção e conservação das desigualdades. Isso se faz necessário para reforçar a ideia de superioridade de homens hegemônicos, para isso utiliza-se da comparação com sujeitos considerados inferiores, como mulheres, pessoas LGBTQIAP+, pobres, pretos e outros grupos que são historicamente marginalizados. Através dessa dicotomia dominante-dominado, o homem hegemônico se reafirma como superior aos demais sujeitos de um território, justificando a violência, discriminação e marginalização destes sujeitos. (CONNELL, 2002; ANDRÊO *et al.* 2016).

Por essas razões torna-se necessária uma maior dedicação da Psicologia na discussão desses temas, visto que, conforme apontado no decorrer do trabalho, essa pressão causada nos homens pela masculinidade hegemônica afeta a forma de subjetivação destes e a relação desses com outras pessoas independente de gênero, sendo necessários mais estudos para entender quais são os reais impactos dessa perpetuação de ideais inalcançáveis de masculinidade e principalmente devido à falta de trabalhos da Psicologia sobre esses temas, sendo boa parte dos trabalhos publicados sobre esses assuntos advindos de outras áreas das ciências humanas e da saúde.

Vale ressaltar que devido aos impactos da masculinidade hegemônica nos sujeitos, torna-se necessário entender as formas que esse padrão repercute em cada sujeito e o modo como esse é afetado por esse padrões, principalmente ao se pensar a Psicologia como uma das ciências mais capacitadas para entender os processos de subjetivação e compreender de que forma esse ideal interfere, a partir de

um processo dialético, no território que esse sujeito está inserido através da forma como este internaliza e expressa sua masculinidade e a maneira como o contexto também afeta o indivíduo, visto que, caso não haja um trabalho que busque problematizar a hegemonia e os padrões e conceitos ligados a ela, mais essas ideias se perpetuam, num ciclo que conserva esse tipo de ideologia dominante que coloca em risco todos os que estão inseridos nesse território, sejam estes sujeitos homens ou não. Sendo assim, é necessário que a Psicologia enquanto uma ciência e profissão ética e politicamente engajada pesquise e desenvolva novas formas de se pensar e trabalhar as diversas masculinidades, promovendo espaços que permitam a potencialização e autonomia dos sujeitos no entendimento do que são as masculinidades.

Entendendo as violências de gênero como forma de perpetuação da masculinidade hegemônica e de suas repercussões nas vidas dos sujeitos, faz-se necessário pensar em políticas públicas que promovam a equidade de gênero, visto que essa desigualdade é um dos pilares que mantém o homem hegemônico em uma posição de poder em relação aos demais membros de uma comunidade. Tais medidas, ao serem adotadas, visam diminuir a disparidade entre os gêneros, assim reduzindo os impactos dessas relações geradas pelo controle e poder dos homens hegemônicos. Em relação à essas políticas públicas que visam reduzir os efeitos dessa desigualdade, pode-se citar a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), uma lei reconhecida internacionalmente por ser uma das mais completas no combate à violência contra a mulher. A lei foi criada com o intuito de propor uma rede de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e mudanças no sistema judiciário para a garantia de direitos, a partir da definição de diferentes formas de violência fora a física, criação de delegacias da mulher e posteriormente influenciando a Lei 13.104/2015 (Lei do Feminicídio). Essas leis são exemplos de políticas públicas que, ao serem adotadas, se propõe a diminuir a discrepância do poder entre homens e mulheres.

Por isso, cabe a Psicologia, em conjunto com as demais áreas do conhecimento, ocupar os espaços públicos de discussão e debate, visando pensar em estratégias e políticas públicas que promovam a equidade em diferentes setores, seja em questões de segurança como as leis anteriormente citadas e a 7.716/1989, que combate o racismo e a LGBTfobia a partir da definição dessas violências e instituição de penas específicas e mais severas para esses casos, seja em relação a saúde e autonomia do próprio corpo, conforme sugerido pela Lei 14.443/2022, que dispensa o consentimento do(a) parceiro(a) para a realização de laqueadura, ou que promovam autonomia dos indivíduos e políticas de acesso à direitos, como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, ligados a assistência social e programas como FIES, ProUni e sistema de cotas sociais e raciais, relacionados às políticas de educação. Entendendo que estes programas, políticas e projetos visam diminuir as desigualdades no

contexto brasileiro e compreendendo as afetações subjetivas provocadas por essa discrepância, torna-se necessário que a Psicologia assuma um compromisso ético e político de inserção nesses contextos, estando presente desde a elaboração de propostas até a realização delas para trabalhar com a diminuição desses impactos, assim reduzindo a reprodução do discurso hegemônico da masculinidade e as consequências dele.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, F. P. **Sofrimento mental e gênero**: os homens e o cuidado na rede de atenção psicossocial. 2020. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ANDRÊO, C. *et al.* Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gêneros. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 46–67, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451846425004>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

AYRES, J. R. C. M. *et al.* O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. *In*: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 117-139.

BAÉRE, F.; ZANELLO, V. O gênero no comportamento suicida: uma leitura epidemiológica dos dados do Distrito Federal. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 23, n. 2, p. 168–178, Abr./Jun. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 set. 2023.

BATISTA, A. C.; VENTURINI, M. C. Ideologia e Imaginário em Funcionamento em Discurso Veiculado por Revista Masculina. **PERcursos Linguísticos**. v. 6, n. 12, 2016. Disponível em: <[IDEOLOGIA E IMAGINÁRIO EM FUNCIONAMENTO EM DISCURSO VEICULADO POR REVISTA MASCULINA | PERcursos Linguísticos \(ufes.br\)](#)>. Acesso em: 9 jul. 2023.

BOGÉA, A. F. Aprendendo a ser “homem”: uma análise sobre o processo de produção/reprodução da referência heteronormativa de masculinidade. **Temática**. v. 11, n. 7, p.70-87, Jul. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/46814/28084>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. **Lei do Femicídio**: LEI N° 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BRASIL. **Lei do Racismo**: LEI N° 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**: LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BRASIL. Lei 14.443, de 2 de setembro de 2022. Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para determinar prazo para oferecimento de métodos e técnicas contraceptivas e disciplinar condições para esterilização no âmbito do planejamento familiar. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/36328536/publicacao/36329049>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BRITO, R. S.; SANTOS, D. L. A. Entraves para a implementação de programas assistenciais dirigidos ao público masculino: visão de profissionais de saúde. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 654–659, Dez. 2013. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-748530>>. Acesso em: 08 set. 2023.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). **Vulnerabilidad sociodemográfica: viejos e nuevos riesgos para comunidades, hogares e personas**. Santiago de Chile: LC/G 2170, 2002. 186 p.

CONNELL, R. W. *Understanding men: Gender sociology and the new international research on masculinities*. **Social Thought & Research**, v. 24, p. 13-31, 2002. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/23250072>>. Acesso em: 23 ago. 2023

COURTENAY, W. H. *Constructions of masculinity and their influence on men's well-being: a theory of gender and health*. **Social science & medicine**, v. 50, n. 10, p. 1385–1401, 2000. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10741575/>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

FIGUEIREDO, W.S. **Masculinidades e cuidado**: diversidade e necessidades de saúde dos homens na atenção primária. 2008. 295 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FRANÇOIA, C. R. *et al.* Configurações de Masculinidade(s) e Bem-estar Psicológico dos Homens. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. v. 07, n. 04, p. 01-36, Set./Dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/37790>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

GÓES, M. C. R. A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. **Cadernos CEDES**, v. 20, n. 50, p. 9–25, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622000000100002>>. Acesso em: 26 ago. 2023.

GÓES, M. C. R. A natureza social do desenvolvimento psicológico. **Cadernos CEDES**, n. 24, p. 17–24, 1991.

GUEDES, I. S. *et al.* O impacto do modelo hegemônico da masculinidade no cuidado em saúde. **Revista Científica do Hospital e Maternidade José Martiniano Alencar**, v. 3, n. 2, p. 21–28, 2022.

Disponível em: <<http://revista.hmjma.ce.gov.br/index.php/revistahmjma/article/view/51/53>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Tábua completa de mortalidade para o Brasil - 2019**: breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KAZTMAN, R. *Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social*. México: BID-BIRF-CEPAL, 2000.

LANZ, L. **O Corpo da Roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Curitiba: Transgente, 2015. 446 p.

LIMA, M. E. O.; PEREIRA, M. E. **Estereótipos, preconceitos e discriminação**: perspectivas teóricas e metodológicas. Salvador: EDUFBA, 2004. 304 p.

LOURO, G. L. **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. 127 p.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7–27, 1996. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj#>>. Acesso em: 26 ago. 2023.

MARTINS, E. R. C. *et al.* Vulnerabilidade de homens jovens e suas necessidades de saúde. **Escola Anna Nery**, v. 24, n. 1, Jan./Mar. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/B3QR9yjcYdzNyNDMK9rssXN/?lang=pt>>. Acesso em: 26 ago. 2023.

MARX, K.; ENGELS, F. Feuerbach e história. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Boitempo, 2007. p. 29-78.

NIGRO, I. S.; BARACAT, J. Masculinidade: Preciosa como diamante, frágil como cristal.

Revista Científica Eletrônica de Psicologia, Garça/SP, v. 30, n. 1, p. 4–19, Mai. 2018. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/nNirdcsu8KL0cs0_2019-3-8-17-21-47.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

ONU MULHERES. **Precisamos falar com os homens?**: Uma jornada pela igualdade de gênero. Report de pesquisa qualitativa. Nov. 2016.

RODRIGUEZ, S. L. L. S. Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. **Revista diversidade e educação**, v. 7, n. 2, p. 276-291, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.14295/de.v7i2.9291>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SANTANA, W. O. **O discurso sobre o homem na mídia**: O que é ser homem hoje?. 2020.46 f. Monografia (Linguística, Letras e Artes) - Universidade Federal de Sergipe, 2020.

SANTOS, N. L.; ROESCH, D.; CRUZ, L. R. Vulnerabilidade e risco social: produção de sentidos no campo socioassistencial. **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 1, p. 119–127, Jun.

2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/display/228508061?utm_source=pdf&utm_medium=banner&utm_campaign=pdf-decoration-v1>. Acesso em: 05 set. 2023.
- SANTOS, W. B.; DINIS, N. F. Adolescência Heteronormativa Masculina: entre a construção “obrigatória” e desconstrução necessária. **OP SIS**. Catalão, v. 13, n. 2, p. 129-149 - jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/o.v13i2.23273>>. Acesso em: 21 ago. 2023.
- SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 152 p.
- SEGATO, R. **Contra-pedagogias de la crueldad**. 1. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018. 101 p.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71–99, Jul./Dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- SCOTT, J. B. *et al.* O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 600–615, Ago. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p600-615>>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- SOUZA, P. F. P. **Homens invisíveis**: identidades de homens atendidos pelas políticas sociais de atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 191 p.
- VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 21-44, Jul. 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002>>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- ZANELLA, A. V. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 127–135, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-73722004000100016>>. Acesso em 08 set. 2023.